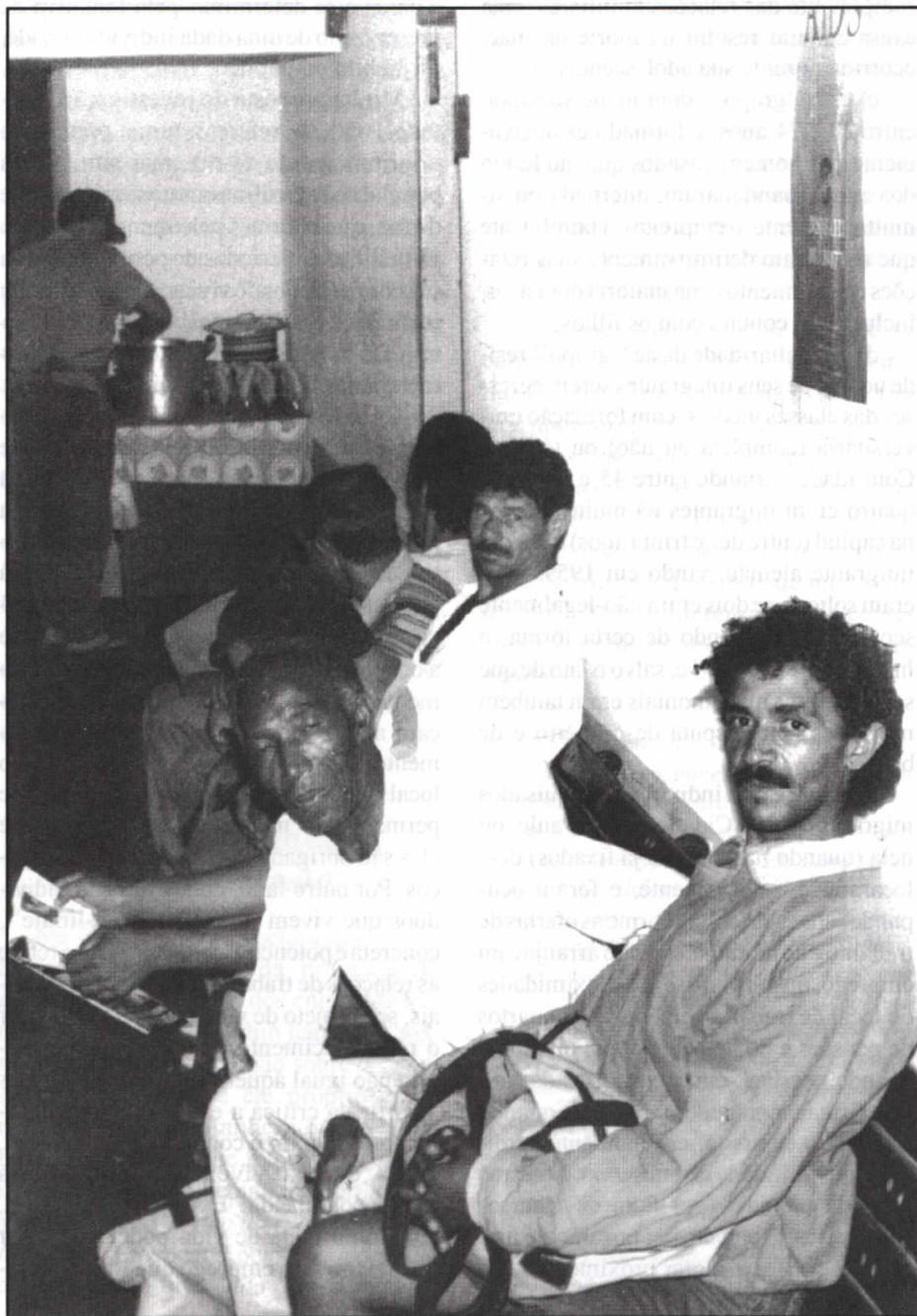


A VIDA DOS HOMENS DA NOITE NA CIDADE GRANDE

Ana Cristina Arantes Nasser*

Foto: Ana Cristina A. Nasser



Buscando estudar¹ as representações que homens reiterada e ampliadamente excluídos do mercado de trabalho constroem sobre a categoria trabalho, parti do pressuposto de que a relação dialética entre os três elementos que compõem a vida cotidiana na sociedade capitalista - a saber, o trabalho, a família e o lazer (Lefebvre, 1977 e 1981) - é uma relação que se manifesta em sua negatividade, no universo dos excluídos, e, portanto, só existe através de representações por eles construídas.

Reconhecendo, portanto, a relação entre a exclusão do e pelo mundo do trabalho com a exclusão dos demais domínios da prática social, procurei investigar o que pode ocorrer ao cotidiano de determinados indivíduos que, mesmo enfrentando as privações nos planos pessoal, social, material, político, ético, estético, não conseguem satisfazer, até enquanto virtualidade, a necessidade de trabalho.

Não consistia, portanto, em estudar as representações constituídas por indivíduos temporariamente desempregados - que enquanto procuram suprir a falta de trabalho, mesmo que por recrutamento temporário ou através de "bicos", ainda podem, pelo menos potencialmente, tentar preservar seus outros espaços de relações sociais - , e sim, por aqueles que, por não existirem como trabalhadores *prescritos* segundo as leis do mercado de trabalho formal, tornam-se trabalhadores "*proscritos*" que, via-de-regra, sobrevivem apenas satisfazendo muito precariamente suas necessidades existenciais, através do recebimento de esmolas de cunho privado e/ou de doações assistenciais, e que, mesmo quando sob "desemprego disfarçado", este não

constitui uma exceção passageira em sua trajetória de trabalho, uma vez que vivenciam um processo de exclusão anti-go, que se renova e se perpetua, dissolvendo ainda seus outros vínculos sociais.

Trata-se, portanto, de homens que, por não se relacionarem mais/ou ainda com o trabalho, como trabalhadores formais, também não se relacionam com o dinheiro (enquanto remuneração pela venda contratual de sua força de trabalho), geralmente não têm existência legal (uma vez que não possuem os documentos que os identificam como cidadãos) e não têm um local de moradia (entendido simultaneamente como espaço físico e espaço de relações pessoais e sociais). São homens que romperam seus vínculos com a família, os vizinhos e amigos de outrora, com o bairro, a cidade ou o estado de origem, com os espaços institucionais e de lazer antes ocupados e, via-de-regra, com os referenciais simbólicos que norteavam seus princípios morais e religiosos.

Tomando, então, como universo de análise, homens (solteiros, descasados ou viúvos) que, devido à interrupção ou ao rompimento, geralmente simultâneos, de suas relações familiares e de trabalho, saíram de casa e, hoje, vivem sós, nas sombras da Cidade de São Paulo, sem lar e sem trabalho, caracterizando suas trajetórias de vida e de trabalho pelo nomadismo e pela transitoriedade, pareceu-me oportuno realizar a pesquisa empírica em um local que, como o viver desses indivíduos, também é marcado pela transitoriedade em busca de relações de permanência. Trata-se do Albergue Noturno Lygia Jardim, onde eles se abrigam temporariamente, buscando realizar sua (re)inserção no mercado de trabalho e o (re)estabelecimento de seus vínculos familiares, bem como alcançar a libertação do alcoolismo.

Além de dois funcionários (o zelador e o cozinheiro - eles também antigos albergados), a diretora e a assistente social da Instituição, e dois de seus mais antigos plantonistas voluntários, entrevistei vinte e oito albergados que, apenas como recurso formal de análise, foram inseridos em quatro diferentes "grupos":

a) o "grupo" constituído exclusivamente por migrantes, subdivididos em seis recém-chegados e quatro antigos, com ida-

de entre 20 e 56 anos, e que abandonaram a "roça" da família, como uma tentativa de tornarem-se donos, na metrópole, da remuneração pela venda de sua força de trabalho, sendo que a interrupção de seus vínculos familiares se deu simultaneamente à (tentativa de) inserção nas relações capitalistas de trabalho;

b) neste "grupo" - constituído exclusivamente por homens solteiros, na faixa de idade entre 23 e 47 anos, composto por três migrantes (um recente e dois antigos) e três nascidos na capital -, o ingresso no mercado de trabalho foi determinado pelo rompimento das relações familiares, cuja causa comum residiu na morte da mãe, ocorrida durante sua adolescência;

c) este "grupo", com idade variando entre 28 e 74 anos, é formado exclusivamente por homens casados que, ao longo dos anos, abandonaram, alternada ou simultaneamente, o emprego e a família, até que romperam definitivamente suas relações de casamento e, na maioria dos casos, inclusive, o contato com os filhos;

d) a peculiaridade deste "grupo" reside no fato de seus integrantes serem egressos das classes médias, com formação universitária (completa ou não) ou técnica. Com idade variando entre 45 e 64 anos, quatro eram migrantes há muito fixados na capital (entre dez e trinta anos) e um era imigrante alemão, vindo em 1959. Três eram solteiros e dois eram não-legalmente separados - repetindo de certa forma, o histórico do "grupo" c, salvo o fato de que seus conflitos matrimoniais eram também norteados pela disputa de dinheiro e de bens.

Os vinte e oito indivíduos pesquisados migraram para a Cidade de São Paulo, ou nela (quando nascidos ou já fixados) deslocaram-se, internamente, e foram ocupando seus espaços, conforme as ofertas de trabalho e de moradia: quando arranjavam emprego, instalavam-se nas proximidades do local de trabalho, em vagas ou quartos de pensões e de hotéis baratos; ou ainda, quando possível, em dormitórios da própria firma empregadora. Por isso, quando perdiam o emprego, normalmente perdiam a possibilidade de conservar o mesmo local de moradia (por falta de recursos financeiros, e também por novamente precisarem procurar morar próximo ao novo

emprego que conseguissem), e, assim, passavam a procurar não só os albergues particulares ou geridos pelo Estado, como também as ruas, para constituir sua nova vida.

No primeiro caso, passam a viver num espaço público institucionalizado; e, no segundo, num espaço público que também tem "suas leis universais", baseadas "num formalismo jurídico-legal". Em ambos, porém, a instância do público dá uma nova determinação ao privado, em vez de anulá-lo; ou seja, o privado deixa de ser o espaço da casa, com sua rotina e relações pessoais, e passa a se determinar pela tentativa de preservação de uma dada individualidade, no âmbito do público.

Minha proposta de investigação, contudo, não se refere a uma população prioritariamente de rua, mas sim, a uma população masculina circunstancialmente de rua, que alterna - pelo menos enquanto virtualidade - períodos de permanência na rua com períodos de vivência itinerante em instituições assistenciais - como uma tentativa de manter pelo menos algumas características do modo de vida anterior.

Os indivíduos que vivem preferencialmente em instituições e, ocasionalmente nas ruas, são indivíduos que, de certa forma, enfrentam mais dificuldades que a população efetivamente de rua, para estabelecer suas redes de relações, devido à permanente transitoriedade que caracteriza seu modo de vida atual, no que se refere à ocupação de tempos e de espaços. Geralmente, antes mesmo de/ou quando começam a se relacionar (pessoal e espacialmente) com os colegas e a vizinhança do local onde estão abrigados, seu tempo de permanência na instituição se esgota, e eles são obrigados a procurar novos espaços. Por outro lado, como eles são indivíduos que vivem uma "situação-limite", concreta e potencialmente, no que se refere às relações de trabalho e às relações pessoais, seu projeto de vida consiste em buscar o restabelecimento de um cotidiano, porém não igual àquele que se rompeu, mas a partir da crítica a ele. Por isso, parece-me, privilegiam o convívio em albergues, ainda que lá vivenciem uma rotina institucionalizada. E por isso, também, têm como meta de vida poder encontrar novamente um emprego que lhes possibi-

lite pagar um "canto" para morar e, conseqüentemente, (re)construir toda uma rede de relações sociais.

Como consequência da "situação-limite" em que se encontram, na qual os espaços são permanentemente vividos em tempos transitórios, eles também vivenciam uma representação-limite entre o mendigo e o trabalhador. Sua identidade constitui-se no limite entre um e outro pólo de oposição: enquanto atuais desempregados, eles podem, dependendo das circunstâncias de sua vida futura, tornar-se mendigos, ou trabalhadores. Daí, sua constante tentativa de não se integrarem à população de rua e de buscarem morar preferencialmente em albergues.

Cumpra, pois, investigar em que medida os albergues constituem, do ponto de vista dos excluídos, o espaço de reprodução de sua representação enquanto trabalhadores - uma vez que apresentam-se a eles como uma via institucional para sua reintegração à sociedade, enunciada pela possibilidade de (re)inserção no mercado de trabalho.

Em outras palavras, é preciso, portanto, pesquisar - face às dramáticas condições concretas de vida dos excluídos - em que medida os albergues, em contraposição à rua, constituem um espaço que pode reafirmar, pelo menos ao nível das representações, as diferenças entre eles e os mendigos moradores de rua.

Considerando que para os migrantes antigos, o longo tempo cronológico de permanência e mesmo de fixação na cidade não mais garantia a reprodução do tempo produtivo outrora vivido, e que, para os recentes, e também para os migrantes jovens, o breve tempo de vivência na cidade só confirmava a transitoriedade de atividades de trabalho que, quando existiam, nunca eram, por isso mesmo, contratuais, tornava-se necessário avaliar o modo de fixação/ou não-fixação, na metrópole, dos migrantes momentaneamente moradores do Albergue pesquisado. Como no período em que a pesquisa foi realizada (junho a setembro de 1994), esses indivíduos tinham uma relação frágil ou inexistente com o mundo do trabalho, sua permanência na cidade estava transitoria-

mente garantida, enquanto durasse o tempo de seu acolhimento pelo Albergue.

A permanência dos albergados, na cidade, era marcada pela transitoriedade espacial e temporal. Durante sua estadia no Albergue, estando, ao menos, isentos da tarefa de encontrar um lugar para morar, os desempregados e os que faziam "bico" organizavam seu dia-a-dia de modo a percorrer, durante a manhã, diferentes pontos da cidade à procura de alguma possibilidade de trabalho. No período entre 11:00 h e 14:00 h, porém, paravam tal atividade para procurar instituições, ou mesmo restaurantes, que lhes dessem o almoço. Finalmente, no período da tarde, alguns andavam em busca da obtenção de um documento necessitado, ou ao encontro de algum "conhecido" (pessoal, ou do mundo político) que pudesse intermediar sua indicação para uma vaga de trabalho. Outros, entretanto, procuravam uma praça ou qualquer outro logradouro público onde pudessem descansar da caminhada ou, então, receber dos transeuntes alguma contribuição em dinheiro ou em espécie, que os ajudasse a passar o resto daquele dia, ou o dia seguinte.

Geralmente, o mais comum era que a procura de emprego se realizasse de segunda a quarta, ou, no máximo, quinta-feira. Assim, no(s) dia(s) restante(s), eles executavam pequenos "bicos" por conta própria (venda de latas e jornais velhos, serviços de eletricidade e pintura no próprio Albergue, ou na vizinhança), ou ficavam nas praças, esperando o tempo passar, para poderem retornar ao Albergue no horário permitido.

Os locais públicos e, sobretudo, as praças, eram utilizados como espaço de lazer, nos fins-de-semana. Além disso, nos dias úteis, representavam, talvez, a única possibilidade de interação mais permanente, ainda que temporalmente delimitada, dos albergados com a cidade.

O modo como despendiam seguidas horas em distintas praças públicas, sobretudo as localizadas no centro da cidade, revelava os diferentes usos que faziam das mesmas, bem como as diferentes representações desse espaço urbano. Primeiramente, deve-se dizer que eles identificam a região central da cidade com a própria idéia de cidade; ou seja, quando pensam a

cidade, representam-na através de seu centro geográfico, pois, para eles, tudo que este proporciona, de bom e de mau, é também aquilo que a cidade pode lhes oferecer, sendo que seus maiores atrativos residem na possibilidade de obtenção de um emprego temporário, ou de realização de "bicos".

As praças públicas da região central da cidade eram frequentadas no período da tarde e/ou bem no início da manhã, já que eles eram obrigados a deixar o Albergue às 5h40 e, em geral, aqueles que procuravam emprego, só iniciavam esta árdua tarefa a partir das oito horas. Nesse intervalo de tempo, deixavam-se ficar nesses locais, descansando, ou mesmo dormindo.

Por outro lado, cabe apontar que o modo de uso matutino das praças não coincide com o vespertino, quando a principal atividade consiste na mendicância, que pode se manifestar de modo explícito ou velado. Assim sendo, ou eles pedem diretamente uma esmola, ou recebem-na, indiretamente, prestando auxílio a algum transeunte que lhes agradece por meio de pequenas contribuições, com as quais poderão comprar cigarros, um lanche ou um café.

A prática da mendicância adotada pelos albergados obedece a uma estratégia que prioriza o centro da cidade e os "lugares do interior" (denominação por eles dada às cidades localizadas na Grande São Paulo). Assim, preferem a região central, em relação aos bairros, e nela, os locais públicos e não as casas, que só são visitadas no "interior".

Tal estratégia para obtenção de comida, havia sido, em grande parte, aprendida durante os tempos em que a maioria deles viveu nas ruas da cidade. Foi na rua que eles aprenderam onde, como, o quê e a quem pedir alimentos e, em menor medida, dinheiro. A rua constituiu seu espaço de aprendizado das técnicas e das estratégias de sobrevivência - um aprendizado que era assimilado e transmitido coletivamente, de modo a tornar aptos, inclusive, os que viveram brevemente nas ruas, bem como os migrantes recém-chegados à cidade.

Os mendigos eram, portanto, os seus guias, na utilização das sobras da cidade da qual estavam excluídos: sua socialização



Foto: Ana Cristina A. Nasser

no meio urbano-metropolitano não se dava, no momento, através do trabalho, mas pela via do não-trabalho, representado na figura dos mendigos. Era com seus antagonistas que eles aprendiam onde e como comer nas ruas, onde e como receber assistência, onde e como dormir (nas ruas e em albergues), onde e como obter algum dinheiro e, principalmente, onde e como demarcar suas diferenças em relação aos próprios mendigos - descobrindo e fazendo uso dos locais públicos onde era possível tomar um banho, lavar a roupa do corpo, fazer a barba e parecer-se com um trabalhador desempregado à procura de emprego.

Ficar andando pela cidade, deslocando-se continuamente, alcançando espaços que logo têm que ser abandonados e, nesse processo, aprender a linguagem das ruas, com suas estratégias e regras extremamente rigorosas em sua aparente fluidez, tem sido um movimento constante na atual vida inconstante dos sujeitos deste estudo.

Neste sentido, o Albergue seria, para os dois "grupos", a mediação entre a casa e a rua. É um espaço que se diferencia da rua, pois nele se está "protegido" do clima frio

e chuvoso da cidade, da violência e, principalmente, da possibilidade de ser confundido com um mendigo. Além disso, oferece uma cama para dormir, uma sopa quente no jantar e condições para o asseio do corpo e das roupas.

Ao mesmo tempo, o Albergue é um espaço que não se confunde com a casa, uma vez que nele se estabelecem apenas relações de convivência, e não relações pessoais; um lugar onde, mesmo com todas as regras disciplinares e o rígido controle de horários e de mobilidade dentro e fora da instituição (durante o dia), a ausência de autonomia é compensada pela liberdade de não precisar estabelecer vínculos, como os criados em família, e onde a ausência de privacidade é compensada pelo viver em um espaço público que ainda pode ser chamado de Casa.

Provavelmente, o fator que melhor define, na representação desses homens, o Albergue como intermediário entre a casa e a rua, é a rotina - uma rotina que apresenta semelhanças com a doméstica, mas cujas atividades como comer, dormir, lavar-se, são realizadas coletivamente e

em público, e, por isso mesmo, prescrevem regras estritas de conduta que, quando não são seguidas e respeitadas, acarretam como sanção maior o "ir para a rua" - revelando, como analisa DaMatta, "a ligação dramática da casa com a rua", pois quando se rompe drasticamente a relação de um indivíduo com o grupo social (na casa), ele se transforma em um "indivíduo isolado" (na rua).

Neste sentido, portanto, a disciplina do Albergue também era representada como um meio de demarcar a identidade e as idiosincrasias de cada um, e de preservar as distinções entre todos eles, sem o que, consideravam que a convivência obrigatória se tornaria insuportável.

Por ser uma instituição onde o convívio era parcial e temporariamente delimitado, e também, constantemente observado e controlado não só pelos funcionários e plantonistas, como, inclusive pelos próprios albergados (que se vigiavam mutuamente para evitar qualquer forma de estorvo mas, sobretudo, para impedir que o mínimo desvio de comportamento efetuado por um indivíduo pudesse ser genericamente

mente imputado a todos), o Albergue não lograva constituir um "quadro social" de afloramento e "trabalho" da "memória" (Bosi, 1987).

Mesmo sendo, provavelmente, o único espaço social em que esses indivíduos estabeleciam relações transitoriamente permanentes, o Albergue era caracterizado por uma constante troca de seus clientes, diluindo diariamente a possibilidade de composição de "grupos de convívio e de referência". Ali, o outro não compunha, mas se opunha a alguém, numa interação involuntária e aleatória. Por isso, à hora do jantar, um dos raros momentos em que eles estabeleciam um contato mais estreito, suas conversas reportavam-se exclusivamente aos fatos do dia-a-dia. Cada qual partilhava com o outro apenas as referências ao momento que viviam.

Neste sentido, o Albergue foi privilegiado como campo de pesquisa do modo de vida dos excluídos, não só por ser um local onde pessoas com experiência de vida marcada pela transitoriedade e o nomadismo encontravam-se momentaneamente agrupadas, mas, principalmente, por ser um espaço que substituía a casa (moradia) dos entrevistados, através de representações que tornavam presente a casa e prescreviam a necessidade da reprodução diária da noção de que a casa só tinha sentido de ser se fosse completada pelas noções do trabalho e do lazer.

Ainda que o Albergue constitua um espaço cuja disciplina estrita lembre, para muitos desses indivíduos, um quartel ou uma prisão, é, ao mesmo tempo, justamente através desta disciplina - e seus atributos correlatos, como a ordem, a pontualidade, o respeito e a obediência -, que o Albergue momentaneamente ritualiza a vida arritmica de seus "clientes", preceituando-lhes valores morais como a necessidade do trabalho, o primado da família e, principalmente, o cumprimento de uma vida sem vícios (sobretudo, o da bebida).

Assim, no Albergue, não se prevê que exista o lazer, mas também não se propiciam condições para que ele possa se exercer fora dali. Espera-se que os albergados arranjem algum tipo de trabalho, mas também exige-se que a jornada de trabalho não ultrapasse o horário das 20:00 horas, e também, que eles cumpram as tarefas rotineiras

de limpeza das instalações da Casa. Impõe-se-lhes, portanto, uma "barreira" parcial "à relação social com o mundo externo", uma vez que eles estão proibidos de chegar à Casa depois das 20:00 horas, assim como são igualmente obrigados a deixá-la depois das 5:40 h.

Por outro lado, essa instituição só faz evidenciar, para os excluídos, a representação de sua relação com o tempo e o espaço, enquanto ausência, na medida em que torna o seu dia-a-dia cada vez mais mediatizado - no sentido de que até mesmo as atividades mais elementares e rotineiras precisam ser viabilizadas através da ajuda de terceiros (sob a forma de assistencialismo de cunho privado ou institucional) para obter o tempo e o espaço indispensáveis à realização de necessidades básicas como beber, comer, dormir, vestir-se, lavar-se.

Portanto, tudo o quanto há de mais imediato na vida de uma pessoa adulta tornava-se mediatizado, no universo dos excluídos, e os fatos ordinários do dia-a-dia sempre podiam assumir o caráter de um acontecimento extraordinário, já que nunca podiam ter a certeza de, no dia seguinte, conseguir a comida e o canto para dormir, que obtiveram no dia anterior. Ao mesmo tempo, a privacidade das atividades diárias banais era, na verdade, vivida como privação: a vida privada desses homens era uma vida de privações, desde os direitos à satisfação das "necessidades existenciais" (ou naturais), como aqueles relativos às "necessidades próprias humanas".

Apesar de tudo, o Albergue ainda conservava, na representação desses indivíduos, as referências de algumas características do ambiente doméstico, dando-lhes a "esperança" de, um dia, poderem reverter a situação-limite na qual agora se encontravam. O fato de lá terem uma cama individual (ainda que numerada, e no meio de outras cinquenta e nove) e uma rotina a ser cumprida (mesmo que vigilante e coercitivamente inspecionada) dava-lhes a segurança de, pelo menos durante esse período de permanência, preservarem sua identidade, e não se confundirem e nem serem confundidos com um morador de rua - isto é, alguém que consideravam já ter definitivamente prescindido dos valores que

norteavam a convivência doméstica.

Por outro lado, porém, temiam tornar-se o que denominavam de "viciado em albergue"; o que significa dizer, tornar-se "iludido" com a vida que não se reproduz através do trabalho, mas flui, ainda que como mera sobrevivência, através do assistencialismo.

Mas, mesmo com todos os riscos de, vivendo na instituição, poderem romper definitivamente os frágeis liames que tentavam preservar as representações que outrora tinham construído sobre si mesmos (como trabalhadores, chefes de família ou jovens tentando trilhar seu próprio caminho), o Albergue constituía, ao mesmo tempo, a única possibilidade de, no momento, viabilizarem tal preservação.

Neste sentido, a rotina da Casa considerada a mais importante a cumprir era a obrigatoriedade do banho, pois justamente através da "limpeza do corpo" (o que incluía poder fazer a barba e lavar as roupas), eles podiam - mesmo almoçando nas Casas de Conveniência e aceitando caridade - diferenciar-se dos mendigos. O asseio do corpo representava, para eles, portanto, a possibilidade de preservação de um traço de sua dignidade, enquanto homens ainda identificados com os trabalhadores que eles, concretamente, foram no passado (mais ou menos recente), e que ainda lutavam para continuar sendo no presente, pelo menos ao nível das representações.

Assim como prezavam a rotina vigente na instituição, também consideravam extremamente adequado o meio pelo qual ela se exercia: ou seja, a disciplina, pois através dela eles continham, pelo menos temporariamente, a possibilidade de reincidir no alcoolismo. Da mesma forma, em sua representação sobre essa disciplina, consideravam que essa regra proibindo o uso do álcool poderia livrá-los definitivamente do vício, mesmo depois que expirasse seu tempo de permanência na instituição.

Ainda que sua admissão no Albergue dependesse do abandono do vício, nada garantia que este estivesse efetiva e definitivamente superado, e não houvesse possibilidade de recaídas - o que fazia com que eles próprios ainda se representassem como alcoólatras (ou pelo menos ex-alcoólatras) e incorporassem esse estigma que, por sua

vez, era explicativo, até mesmo para eles, de sua exclusão.

Estabelecia-se para eles, portanto uma relação de equivalência entre o alcoolismo e a exclusão, uma vez que como portadores do estigma de alcoólatras, eles, simultaneamente, passavam a carregar o estigma de excluídos.

Por isso, se o lazer através da bebida foi a porta de passagem pela qual muitos deles "saíram para o mundo" e ganharam o espaço da rua, era agora, através do Albergue, que pretendiam abandonar o vício e reconstituir (enquanto representação) o espaço da casa.

O Albergue representava, para eles, portanto, não só o espaço-limite entre o estar e o sair do mundo (isto é, entre o sobreviver miseravelmente e o vir a viver como um miserável), mas também substituíva, no público, sua representação do privado. Além disso, também constituía - para a grande maioria que ali se encontrava, completamente desvinculada de qualquer forma de atividade de trabalho - a representação do único espaço possível de (produção e reprodução de) representações, pois era a partir do Albergue e da noção de tempo por ele estabelecida, que esses indivíduos procuravam, no momento atual de suas vidas, inserir-se no mundo do trabalho e no dos lazeres.

Contudo, como essa permanência na Casa, além de transitoriamente delimitada, era constantemente negada, através de seu ocultamento da família (no caso dos que ainda mantinham vínculos com a mesma) ou dos locais de trabalho onde pleiteavam uma colocação, a instituição não propiciava o estabelecimento de uma identidade social entre eles, enquanto excluídos.

Tal ocultamento era apenas a consequência da causa que explicava porque, mesmo tendo uma trajetória de vida radicalmente semelhante, e estando confinados num mesmo espaço institucional, graças à situação de exclusão ora vivida, os sessenta "clientes" do Albergue e, mais especificamente, os vinte e oito por mim entrevistados, não se identificavam entre si, uma vez que não construíam uma identidade coletiva. Essa causa residia no estigma de excluídos e de (ex)alcoólatras que esses homens carregavam: um não se iden-

tificava com o outro para não se assumir enquanto (ex)alcoólatra e excluído, que, por não ter onde morar, é obrigado a viver temporariamente em um albergue.

Por isso, mesmo que cada um soubesse, por conversas ocasionais "com um ou outro", que todos ali tinham problemas concretos em relação ao trabalho, eles não faziam do reconhecimento dessa manifestação de exclusão "o momento extraordinário" que, segundo DaMatta, "nos transforma em seres exemplarmente coletivos". Pelo contrário, era comum afirmarem que estavam ali "de passagem", e que tão logo resolvessem a carência de emprego ou de documentos, iriam embora.

Esses indivíduos não criavam, portanto, vínculos entre si, não estabeleciam relações pessoais uns com os outros, porque o Albergue não era a casa, mas sim, uma substituição da casa ausente. Como uma intermediação entre a casa e a rua, no sentido de representar um espaço que substituíva (como presença), no público, a representação (ausente) do privado, o Albergue fazia com que seus "clientes" vivessem privadamente (n) o espaço público. O que significa dizer não só que eles aí vivessem de modo privado (isolado, individualizado), mas também que eles aí vivessem privados - privados, sobretudo da identificação com um espaço social e, portanto, com um grupo social. Por outro lado, viver de forma privada não significava de modo algum, viver com privacidade - ausência da qual se queixavam frequentemente.

Com suas rígidas regras de comportamento, seus horários cuidadosamente programados de ocupação dos espaços e sua permissão de permanência estritamente estabelecida, a instituição privava-os de seus próprios nomes (substituídos, genericamente, pela denominação de "clientes" e, individualmente, pela classificação por números), assim como privava-os também dos objetos materiais que propiciam o reconhecimento e o pertencimento dos indivíduos ao "pedaço" no qual vivem. Além de despojá-los de seu "estojo de identidade" (Goffman, 1974), durante seu tempo diário de permanência, a instituição, sistematicamente evidenciava que nada ali lhes pertencia. Para tanto, numerava todos os objetos que, no ambiente doméstico, são representados como pessoais, de modo a

demonstrar que mesmo a toalha de banho, os lençóis, o travesseiro e a cama, que eles utilizavam privadamente, pertenciam à instituição e eram apenas temporariamente cedidos a eles.

Portanto, não havia no espaço do Albergue a identificação entre os albergados e os objetos (bem como os rituais de uso dos mesmos) que compõem a rotina pela qual o cotidiano doméstico se expressa. Além disso, como o próprio Albergue constituía um espaço temporário (em torno de três meses) e parcialmente (apenas durante o período noturno) vivido, propiciava a não-identificação dos indivíduos com a instituição e, portanto, dos mesmos entre si - o que, por sua vez, também favorecia a possibilidade deles conseguirem preservar a representação de sua identidade original de trabalhador, anterior ao processo de exclusão ora experimentado.

Visando atenuar, para si mesmos, o impacto de serem albergados, eles recorriam a duas representações opostamente complementares: de um lado, a de que a vivência em albergue constituía um sofrimento dignificante que seria recompensado, no futuro imediato, como uma experiência e um aprendizado definitivos, não só para reforçar o seu próprio caráter - remediando os erros de seu estilo de vida no passado -, como também para corrigir seus erros de terem, outrora, internalizado as representações socialmente difundidas sobre os albergados, que os apresentavam como "maltrapilhos", "maloqueiros", "vagabundos" e "pinguços". Assim, ao discorrerem sobre o assunto, eles sempre faziam questão de enumerar todos esses atributos, para evidenciar que eles próprios não possuíam nenhum deles, mesmo ali estando, pois albergue não era apenas o "ambiente deste tipo de gente", mas também era um espaço que acolhia "caídos", pessoas que estavam passando por uma "fase de decadência" no trabalho e na vida familiar.

Ao estabelecerem a crítica ao Albergue onde viviam, bem como aos demais por onde já tinham passado, esses indivíduos se reafirmavam como moradores circunstanciais desses espaços, que sobreviviam apenas provisoriamente através das Casas de Conveniência, das esmolas recebidas e dos "bicos" realizados.

Através desses espaços - onde tentavam recuperar os fundamentos da rotina doméstica perdida, buscando, igualmente, obter a proteção de uma Casa contra as violências das ruas -, esses indivíduos se contrapunham aos mendigos, que representavam como pessoas que já tinham definitivamente desistido de viver a rotina da casa e a do trabalho.

É através de sua contraposição aos mendigos, que os albergados deixam de incorporar plenamente a sua identidade atual, como excluídos, ao mesmo tempo que logram reproduzir a representação de sua identidade anterior ao processo de exclusão ora vivida. Neste sentido, se o Albergue (enquanto presença ausente da casa) constitui a mediação para essa reprodução, é o mundo do trabalho (enquanto ausência sempre presente em sua trajetória de vida) que poderá explicar como essa reprodução se dá.

É preciso, por fim, considerar que, em consequência das transformações sofridas nas relações que antes estabeleciam nos, com e através dos três domínios da vida cotidiana, os excluídos vivem, hoje, de forma invertida, o próprio ciclo dessa vida: se, outrora (antes de e quando "saíram para o mundo"), a noite era o período do dia em que estavam fora de casa, usufruin-

do as outras coisas da vida - como sair, beber, divertir-se, conviver, amar -, agora, é à noite que eles executam, durante um tempo condensado e em um espaço coletivo onde simulam sua individualidade, as atividades essenciais da rotina doméstica, como lavar-se, alimentar-se, repousar, e também cumprir as tarefas de limpeza das próprias roupas e das dependências do Albergue.

À noite, não mais vivem a rua, mas sim, a Casa - uma casa onde realizam as atividades domésticas, sem viverem, no entanto, as relações afetivas e familiares do ambiente doméstico; uma casa onde têm horário para entrar e para sair, e na qual são privados de permanecer durante o dia; uma casa onde se abrigam, mas não moram, e cujo endereço ocultam da família, dos amigos e dos prováveis patrões; uma casa onde o espaço privado é público, e em que as atividades individuais são destituídas de privacidade, realizando-se coletivamente e sob vigilância.

Antes, esses homens procuravam a noite para sair da casa e da família, escondendo-se nos bares para encontrar o seu mundo próprio. Hoje, eles saem da rua para esconder-se na casa. Para fugir da (auto)identificação com os homens da rua, dissimulando os períodos em que foram

obrigados a viver sua rotina doméstica na claridade das ruas, os homens da noite refugiam-se em uma Casa, na qual, por ser pública, eles podem ocultar seu endereço e manter seu anonimato como homens sem vínculos familiares e profissionais e sem documentos que comprovem essa falta.

Os homens da noite vivem às ocultas, nas sombras, e é através das *noites* confinadas, junto com seus pares, em um albergue, por sua vez, quase imperceptivelmente encovado sob um viaduto, que conseguem se esgueirar, transitoriamente, da claridade a que suas vidas ficam expostas, durante o *dia*, pelos estigmas da exclusão.

Mesmo que essa claridade ainda seja tênue e confusa - por revelar não só a realidade das privações a que estão submetidos, em todos os níveis, mas, ao mesmo tempo, a vivência de simulacros de atividades de trabalho e de lazer, que dissimulam a gravidade da experiência dessas privações - é por meio dessa claridade contraditoriamente projetada pela própria situação de exclusão vivida, que os homens da noite identificam no estabelecimento de relações formais de trabalho, a via de superação dessa exclusão e de (re)construção de seu cotidiano, na totalidade de sua determinação na sociedade capitalista.

* Ana Cristina Arantes Nasser é Doutora em Sociologia pela FFLCH/USP.

NOTA

1- Estudo realizado para a Tese de Doutorado defendida em junho de 1996, pelo Departamento de Sociologia da FFLCH-USP, sob o título "Sair para o Mundo" - Trabalho, Família e Lazer: relação e representação na vida dos excluídos.

BIBLIOGRAFIA

- Bosi, Ecléa
(1987) *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. Série 1a - Estudos Brasileiros, Vol. 1, EDUSP, São Paulo.
- DaMatta, Roberto
(1985) *A casa & a Rua*. Ed. Brasiliense, São Paulo.
- Goffman, Erving
(1974) *Manicômios, Prisões e Conventos*. Editora Perspectiva, São Paulo.
- Goffman, Erving
(1980) *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Zahar Editores, Rio de Janeiro.
- Lefebvre, Henri
(1977 e 1981) *Critique de la Vie Quotidienne I e III*. L'Arche Éditeur, Paris.
- Lefebvre, Henri
(1980) *La Présence et l'Absence - Contribution à la Théorie des Représentations*. Castermann Belgique.

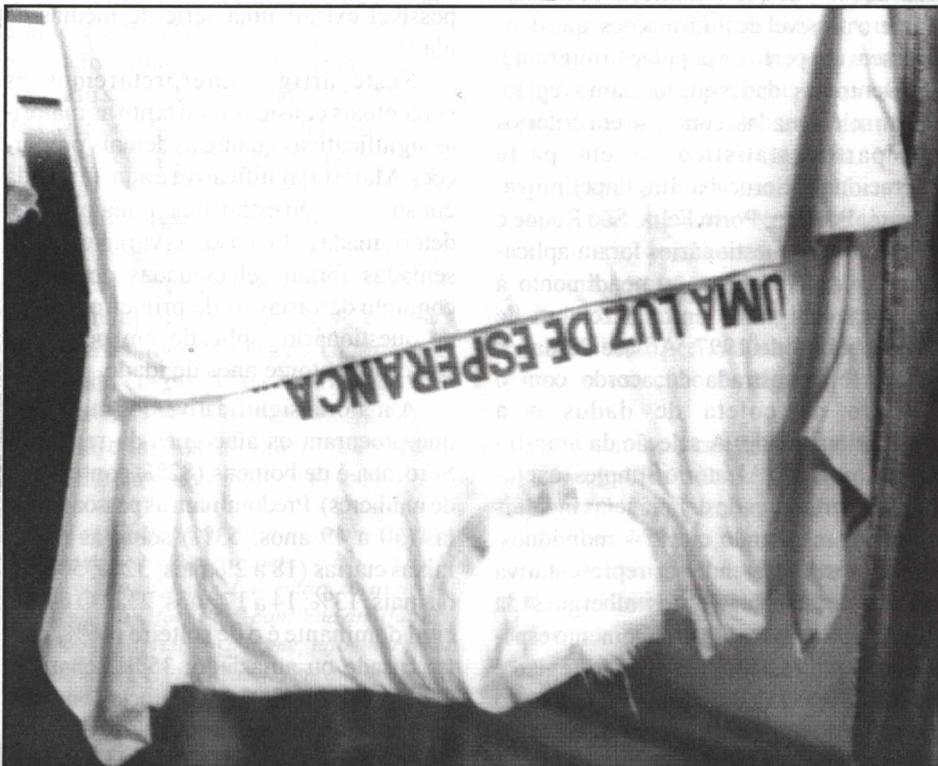


Foto: Ana Cristina A. Nasser